

**PALÁCIO DA ALVORADA, BRASÍLIA, DF, 25 DE JUNHO DE 1999**

*Bom dia a todos,*

Pedi que nós nos reuníssemos, aqui, agora, nesta manhã, porque o Ministro Francisco Turra, da Agricultura, dará pormenores, a respeito do Plano de Safra, que estamos aprovando para o próximo ano.

Mas, antes mesmo de o Ministro ter a oportunidade de, através dos nossos meios de comunicação, falar com o País sobre o problema da agricultura, e sobre o Plano de Safra para o próximo ano, eu queria chamar a atenção – e aqui os presentes sabem da importância do fato – para os movimentos que conseguimos fazer com a agricultura brasileira, depois da introdução do Plano Real.

Como estamos nos aproximando do dia 1º, do quinto ano de vigência do Plano Real, é importante ressaltar que encontramos a agricultura numa situação, eu diria, desesperadora. E a encontramos em função de um conjunto de planos anteriores que, inadvertidamente – certamente, sem a vontade daqueles que os propuseram e daqueles que as executaram –, não tinham condições de criar um sistema, no

Brasil, que permitisse divisar a estabilidade nos preços e que pudessemos recomeçar a repor a casa em ordem.

No primeiro ano em que fui Presidente da República, em 95, as dificuldades eram imensas. Tivemos longas negociações com o Congresso Nacional em 95 e em 96, com a cooperação dos parlamentares, com a cooperação dos produtores, dos sindicatos, da Contag, de várias organizações da sociedade civil, para que pudessemos colocar numa perspectiva mais positiva a questão que, naquela época, era o endividamento do setor agrícola. Progressivamente, fomos resolvendo – e ainda há bolsões de problemas nessa matéria – as questões e, hoje, podemos dizer que, além dos antigos produtores que estavam ligados ao Banco do Brasil e dos muitos que conseguiram se capitalizar sem o apoio dos créditos do Banco do Brasil, nós incorporamos as preocupações do Ministério da Agricultura, do Ministério da Fazenda, do Governo e as minhas em algo que é muito significativo, que é a unidade familiar de produção. Esta passou a ser atendida através do Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf), que é exatamente o programa de financiamentos para unidades familiares de produção. Ao mesmo tempo, fomos reorganizando a questão da reforma agrária e distribuindo mais terras e assentando mais gente, numa proporção que é maior do que tudo que já foi feito na história do Brasil

Agora, estamos modificando, também, a forma de lidar tanto com a questão dos assentamentos rurais como com a questão dos seus financiamentos. Estamos introduzindo o Banco da Terra, estamos ampliando as possibilidades de financiamento, estamos fazendo as fusões entre o Programa de Crédito Especial da Reforma Agrária (Procera) e o Pronaf, estamos cuidando do que nós chamamos “Novo Mundo Rural”, onde o centro de atividade é não apenas a unidade familiar, mas também a pequena comunidade na qual os produtos são escoados e, portanto, estamos recriando as condições para a comercialização das unidades familiares de produção.

Este ano, o Ministro Turra me anunciou, há algum tempo, que a safra alcançaria o recorde de 83 milhões de toneladas de grãos. Havia dúvidas. O IBGE tinha uma estimativa mais conservadora. Pois,

hoje, está publicado nos jornais: o IBGE confirma que ela chega a 83 milhões de toneladas de grãos.

É um recorde na história do Brasil. Mas isso não nos satisfaz. Queremos mais. E a preocupação do Governo, neste momento, é dar continuidade a esse impulso, que vem sendo implantado pouco a pouco no Brasil, através das ações coordenadas pelos órgãos, aqui já referidos. O Ministério da Fazenda, o Ministério da Agricultura, o Banco do Brasil, o Ministério Extraordinário da Reforma Agrária, as secretarias de estado, as Ematers, as organizações da sociedade civil, enfim, o conjunto de pessoas que trabalham no campo.

Para que possamos continuar aumentando o grau de capitalização do campo, permitindo que haja o rendimento efetivo para aqueles que trabalham no campo, precisamos cuidar, naturalmente, do financiamento. Daí a importância do anúncio que o Ministro Turra fará em detalhes aos Senhores, dentro de alguns instantes. E é importante que seja feito ainda em junho, para que o agricultor possa ter suas expectativas organizadas. Quando começar o plantio, dependendo da região do Brasil e dependendo do tipo de produto que vai ser plantado daqui a dois, três meses, ele terá certeza, segurança sobre que tipo de crédito terá, qual será o acesso ao crédito. Toda gente sabe que, entre a decisão do Presidente da República e o pequeno agricultor receber recurso ou o grande agricultor receber recurso, medeia tempo e há entraves. Alguns são burocráticos, outros são de ordem política, outros são pela impossibilidade de o tomador aumentar o seu endividamento. Mas o Banco do Brasil tem estado atento a isso e tem trabalhado, crescentemente, na direção de tornar esses créditos mais rapidamente acessíveis.

Pois bem, nós agora, hoje, vamos autorizar um aumento substancial dos recursos para a agricultura. Os recursos para custeio e comercialização – no ano passado nós liberamos 7,6 bilhões de reais – vão alcançar a soma de 11 bilhões de reais. No ano anterior, os investimentos foram de 1,8 bilhão de reais, e eles vão chegar agora a 2,1 bilhões de reais. No total, vamos passar de um dispêndio de 9,4 bilhões na safra 98/99, para 13,1 bilhões na safra 99/2000. É um aumen-

to considerável se se comparar o efetivamente executado com o que está agora autorizado. Resta executar o autorizado.

Da mesma maneira, vamos disponibilizar 2 bilhões e 850 milhões de reais de recursos equalizáveis para que sejam utilizados no Programa Novo Mundo Rural. Com isso, vamos atender 1 milhão e 200 mil famílias, contrastando com as 758 mil famílias que tinham sido atendidas no período anterior. É um aumento substancial. Destes, eu me referi a 2 bilhões e 850 milhões de reais de recursos equalizáveis pelo Tesouro. E ainda, a esses, se somam 610 milhões de reais de outras fontes. É uma massa de recursos apreciável para a unidade familiar de produção.

Não estamos olhando aqui para o grande produtor, sem desmerecimento do grande produtor, mas nós estamos olhando, também, para a unidade familiar de produção.

Da mesma forma, o ministro anunciará os novos preços mínimos. Vamos atender a uma demanda antiga do setor leiteiro, no programa chamado Pró-leite. Vamos alocar, para os próximos cinco anos, 1 bilhão de reais para a modernização desse setor, sendo que 200 milhões, com taxa de juros do crédito rural, serão alocados já em 99 e no ano 2000.

Ainda há mais. O Governo está tomando as providências para que, até o fim de julho, tenhamos mecanismos mais aperfeiçoados para a proteção da safra, através das operações de mercados futuros e isso é muito importante para o produtor rural. Mais ainda, vamos expandir o seguro agrícola privado no Brasil. O seguro agrícola privado vai permitir um grande avanço e há muitas seguradoras envolvidas nesse processo. Isso vai resultar também na ampliação de mão-de-obra, porque vamos precisar de mais agrônomos trabalhando para as seguradoras. Vamos dar mais condições, portanto, de trabalho nessa região.

Da mesma maneira, já estamos examinando a redução temporária de alíquotas do Imposto de Importação de fertilizantes. Já resolvemos que no que diz respeito à redução do IPI para mais máquinas e equipamentos agrícolas, vamos aceitar parcialmente as demandas. Alguns produtos tem alíquota zero, outros chegarão até 5%, partindo de zero em julho e havendo um acrescentamento até chegarmos aos 5%, que vai ser a alíquota vigente no próximo ano. Ou seja, houve uma redu-

ção crescente de IPI para máquinas e equipamentos agrícolas. Essa ampliação já tinha sido feita no começo do ano e seria válida até o fim de junho. Estamos ampliando e fazendo um decréscimo progressivo nessa alíquota, o que permitirá, àqueles que querem investir, tratar de avançar o mais rapidamente possível na compra dos seus equipamentos.

Quero também lhes dizer que toda gente sabe a importância dos programas que dizem respeito à questão do solo. Temos o Pró-Solo. Vamos alocar 300 milhões de reais, também com taxas de juros do crédito rural, para os programas relativos à melhoria da condição do solo, à compra dos insumos necessários para isso.

O Ministro dirá com mais detalhes quais são os limites de financiamento para cada um dos produtos, para a soja, para o milho, para os demais produtos, para o zoneamento necessário.

Mas também quero lhes dizer algo muito significativo, e que a mim é muito caro porque, quando Ministro da Fazenda, já me batia por isso. Depois, como Presidente da República, autorizei o funcionamento dos bancos cooperativos, o Bancoop e o Bancicred. Agora, estamos autorizando esses bancos a também funcionarem em termos de financiamento. Eles vão poder utilizar o crédito rural com recursos equalizáveis pelo Tesouro Nacional. Os aqui presentes que lidam com a agricultura sabem o impacto e o significado dessa medida.

De modo que, embora brevemente, como aqui acabo de fazer, achei importante que o Presidente da República dissesse o quanto lhe apraz ver que a agricultura brasileira está avançando. Vamos avançar na exportação, precisamos avançar na exportação. No ano que vem, e esse avanço tem que ser preparado desde já, vamos precisar ter recursos ainda maiores e a agricultura tem sido a âncora verde, como assim se chamava, do real.

Agora, como eu disse, a âncora verdadeira do real é o próprio povo brasileiro, é o conjunto de medidas que o povo sabe que são essenciais para que possamos continuar a ter, como temos, comida que não sobe, comida barata, que não é afetada pela variação, nem sequer do câmbio, graças à compreensão do povo brasileiro e à disponibilidade de produtos que os nossos empresários e os nossos tra-

ballhadores têm conseguido fazer, de tal maneira que atravessamos momentos de dificuldade sem uma pressão sobre a cesta básica.

Os que prestam atenção a números, e convém sempre prestar, verão que a cesta básica, este ano, baixou. Está ao redor de 120 reais. E isso é exatamente a mesma coisa que há um ano. Se nós comparamos com a cesta básica há cinco anos, vamos ver que o aumento dela foi de cerca de 20%, ou menos, menos de 15%, diz o Ministro da Fazenda. Quando se compara com o aumento do salário mínimo, vê-se que houve um aumento real do salário mínimo, o que é muito significativo.

E a última notícia que recebemos indica também que estamos retomando a atividade econômica e que isso se faz já sentir nos níveis de emprego. O nível de emprego no mês de maio, deste ano, subiu. Portanto, o de desemprego foi menor do que o do mês de abril. Quando se compara o mês de maio deste ano com o mês de maio do ano passado, vê-se também que, em maio do ano passado, o desemprego esteve maior do que está em maio deste ano.

É nosso compromisso combater o desemprego. Assim como fizemos com o Plano Real e aqui demos alguns exemplos de combate a inflação, agora é um compromisso nacional de, com a reativação da economia, não a fazer apenas em termos de crescimento do produto, mas fazê-la em termos de um crescimento de produto que signifique também maior oferta de empregos. E a agricultura é a chave para isso. A agricultura é a chave para isso. Essas medidas todas que estamos tomando, e outras serão tomadas, eu anunciarei progressivamente; à medida que elas estejam realmente maduras, vão mostrar ao país que se iludem os que imaginam que o Brasil vai marchar para uma situação caótica, de falta de oportunidade de trabalho e de falta de ela para o crescimento da economia. É o contrário. Este país tem uma população consciente, uma população trabalhadora e, enquanto estivermos na Presidência da República, não mudaremos o rumo, que há de ser um rumo de, progressivamente, sem demagogia, criar as condições para um Brasil melhor para todos.

Muito obrigado aos Senhores.

O Ministro Turra vai dar o *briefing* detalhado aos Senhores.